

A MESA GOIANA NO OITOCENTOS: UMA IMERSÃO NA LITERATURA DE VIAGEM DE SAINT-HILAIRE

The Table of the People of Goiás in the Oitocentos: A Traveling Immersion in the Literature of Saint-Hilaire

Lucas Pires Ribeiro

Universidade Estadual de Goiás

Damiana Antonia Coelho

Universidade Estadual de Goiás

RESUMO

O artigo promove uma análise sobre a dieta alimentar da população goiana na primeira metade do Oitocentos. Com ênfase nas camadas mais empobrecidas, defende a tese de que a carestia alimentar – fome – sempre esteve no cotidiano, comprometendo a possibilidade de uma vida minimamente aceitável para a maioria das pessoas. Sobre o repasto, a pesquisa apresenta algumas das consequências de uma alimentação insuficiente, o que resultou em uma quantidade considerável de doenças, que foram responsáveis por inúmeras mortes dentro do território. Transitando entre a fome e a incidência das enfermidades, o artigo se vale de uma revisão da literatura especializada sobre o território goiano. Inicialmente, procura compreender a inserção da tese da decadência na historiografia no decorrer do século passado e a recepção da tese e os seus desdobramentos na produção historiográfica mais recente. Entre as possibilidades, uma consideração sobre o modo no qual a insuficiência alimentar esteve presente na literatura de Saint-Hilaire. O naturalista se utilizou da constatação da fome para reforçar a tese da decadência existente na Província. Nas últimas décadas, pesquisas importantes da historiografia têm apresentado uma consideração similar, demonstrando que a fome marcou presença na mesa goiana do Oitocentos.

Palavras-chave: Fome; Goiás; Saint-Hilaire.

ABSTRACT

This article presents an analysis of the diet of the population of Goiás in the first half of the Oitocentos. Focusing on impoverished social groups, it defends the thesis that famine was a constant presence in everyday life, compromising the possibility of a minimally acceptable standard of living for the majority of the population. Regarding food consumption, the research reveals some of the consequences of insufficient nourishment, which resulted in a considerable incidence of diseases responsible for numerous deaths throughout the territory. Moving between famine and the occurrence of illness, the article reviews the specialized literature on the territory of Goiás. Initially, it seeks to understand the insertion of the thesis of historical decadence at the turn of the past century, as well as its reception and subsequent developments in recent historiographical production. Among these developments is a consideration of the world in which famine is present in the literature of Saint-Hilaire. The naturalist used famine to emphasize the thesis of a decadent existence in the province. In recent decades, important historiographical studies have presented similar interpretations, demonstrating that famine was a persistent presence at the table of the people of Goiás during the Oitocentos.

Keywords: Famine; Goiás; Saint-Hilaire.

INTRODUÇÃO

A pesquisa apresenta uma temática que, nas últimas décadas, tem ocupado um espaço importante na historiografia, a saber, a condição alimentar da população goiana no decorrer do Oitocentos. Inicialmente, por influência dos “historiadores autodidatas¹”, segundo a definição de Silva (2019), a produção do conhecimento histórico utilizou-se da constatação da fome na Província para endossar a tese da decadência em Goiás. Esse cenário de pauperização teria acometido o território depois do depauperamento da exploração aurífera na segunda metade do século XVIII e se alastrado pelo recorte temporal seguinte. Mais do que uma impressão sem fundamentação teórica, os autores – “historiadores autodidatas” – que defenderam a tese da decadência se valeram da literatura produzida tanto por naturalistas quanto por presidentes de Província, que percorreram o território no século XIX, para endossarem suas conclusões.

Entre os naturalistas, uma consideração ao professor de História Natural e pesquisador Auguste de Saint-Hilaire. Percorrendo o território goiano por alguns meses do ano de 1819, o naturalista francês preocupou-se em catalogar e analisar não somente os aspectos naturais – fauna, flora, vegetação, hidrografia, relevo – mas se ocupou de uma leitura crítica e, em muitas ocasiões, depreciativa da paisagem social, refletindo sobre os comportamentos e as práticas culturais da sociedade. Segundo Chaul (2015), Saint-Hilaire analisou a condição socioeconômica com os olhos embotados da realidade europeia. Entre outros aspectos inseridos na literatura do naturalista, posteriormente transformada no livro *Viagem à Província de Goiás*, destaca-se a insuficiência alimentar nas mesas goianas. A carestia resultou em cenários de fome, registrados e analisados pelo intelectual francês, e foi utilizada como uma constatação tanto da miséria quanto da decadência da Província durante o Oitocentos.

O livro *Viagem à Província de Goiás* será uma fonte de pesquisa importante para o artigo. Nesse sentido, além da mencionada fonte, serão utilizados referenciais teóricos da historiografia, inseridos em uma temporalidade mais recente, com destaque para as contribuições de Sônia Magalhães (2014) e tantos outros pesquisadores e pesquisadoras. Desde a década de 1990, a produção do conhecimento histórico tem promovido um importante revisionismo sobre algumas das teses que acompanham a historiografia que versa sobre o território goiano. Diante das contribuições, consistentemente a tese da decadência tem sido revisitada, analisada e questionada por historiadores e historiadoras. Inserida nessa densa teia, a própria constatação da fome durante o Oitocentos, presente nos relatos de naturalistas e presidentes de

¹Silva (2019) entende por “historiadores autodidatas” aqueles intelectuais que, no decorrer do século XX, se ocuparam do conhecimento histórico sobre Goiás. Esses intelectuais teriam endossado muitas das impressões sobre a decadência da Província no Oitocentos. Entre os “historiadores autodidatas”, destacam-se: Colemar Natal e Silva, Zoroastro Artiaga e Americano do Brasil.

Província, encontra-se submetida a um olhar criterioso dentro da produção historiográfica.

Ressaltam-se algumas das contribuições da historiografia contemporânea, que demandam uma leitura sobre a contextualização, as condições e os interesses que estavam inseridos na produção dos naturalistas, especificamente na literatura de Saint-Hilaire. O pesquisador teve uma enorme dificuldade para compreender a realidade socioeconômica e a situação de miséria dos setores majoritários da população: brancos pobres, mestiços, povos originários, mulheres, negros escravizados. No entanto, mais do que uma distorção da realidade, a constatação da fome no território goiano, constantemente presente nos relatos de naturalistas e presidentes de Província, encontra sustentação em pesquisas importantes da historiografia publicadas recentemente. Diante das considerações, das aproximações e dos distanciamentos da literatura de viagem, o artigo defende a seguinte tese: a fome esteve frequentemente presente na mesa goiana do Oitocentos.

Anteriormente, houve uma constatação envolvendo a tese da decadência, construída por naturalistas e presidentes de Província, que teria sido utilizada para representar as nuances do cotidiano da população do Oitocentos. A decadência se faria presente nos valores estruturais – economia, administração, política – passando pelos elementos mais corriqueiros do cotidiano. Independentemente do objeto de estudo, a tese da decadência marcaria presença. Entre os últimos, inseridos nos relatos dos naturalistas, destacam-se a incipiente força de trabalho e a construção de uma imagem sobre o goiano como se estivesse envolto em uma nódoa de preguiça. Uma nódoa não somente preocupante, mas inaceitável para um imenso território que demandava enorme esforço laboral para contornar o problema da “decadência”, ocasionado pelo declínio da exploração aurífera. Entre os problemas, identifica-se a recorrência da fome.

Evidentemente, todos os fatores estão entrelaçados, sendo difícil analisar um e não estabelecer uma relação imediata com todos os outros. Porém, diante de uma necessária delimitação temática, optou-se, nesse artigo, por refletir sobre um aspecto dentro dessa gama de possibilidades envolvendo a construção da tese da decadência sobre a província e a população goiana do Oitocentos. Os esforços estarão voltados para uma análise sobre a dieta alimentar, refletindo sobre os alimentos que estavam mais presentes na mesa das camadas empobrecidas. Entretanto, seguindo a advertência de Leitão e Magalhães (2021), entende-se que a construção de uma pesquisa que versa sobre a alimentação da sociedade goiana, no contexto em tela, envolve uma série de desafios:

Recuperar o cotidiano pouco estudado das rotinas alimentares dos goianos no século XIX constitui tarefa bastante complexa em virtude da impossibilidade de se encontrar documentos de cozinhas familiares ou coletivas capazes de elucidar aspectos peculiares do seu repasto. Diante das limitações, a literatura de viagem é primordial para a realização dessa investigação (Leitão & Magalhães, 2021, p. 318).

Na condição de fonte, conforme mencionado, utilizaremos o diário de viagem de Auguste de Saint-Hilaire. O relato do naturalista é importante, ainda mais quando se leva em consideração, conforme sugerem as autoras, a dificuldade de se estabelecer um contato com os cadernos de receitas, diários e outras anotações envolvendo os hábitos e as práticas alimentares da sociedade. Entende-se que a descrição crítica do naturalista, identificando um cenário de carestia alimentar na mesa goiana do Oitocentos, tornou-se uma fonte de sustentação importante no endosso à tese da decadência sobre a província durante uma longa temporalidade histórica. Diante da permanência, encontrar-se-á uma análise sobre a incidência da tese da decadência e a sua implicação mais imediata – fome – nas produções historiográficas publicadas nas últimas décadas. A recepção sobre a tese tem oscilado entre uma leitura mais contemplativa, passando por interpretações críticas.

A mesa goiana na literatura de viagem de Saint-Hilaire

Antes de uma reflexão sobre os relatos de Saint-Hilaire envolvendo a mesa goiana e a dieta alimentar da população empobrecida – brancos pobres, negros, pardos, povos originários e mestiços – faz-se uma breve contextualização histórica, com o objetivo de apresentar um traço da trajetória de vida, concomitantemente com os fatores que proporcionaram a inserção de um renomado professor de História Natural às longínquas terras brasileiras durante o início do século XIX. Segundo Kury (2001), quando um naturalista demonstrava interesse na realização de uma viagem para outro continente – expedição científica – alguns obstáculos surgiam no horizonte. Além de encontrar as condições necessárias para viabilizar a expedição, tais como a autorização das autoridades políticas do país objeto de estudo, mobilização de recursos para o financiamento da viagem e permanência na nova localidade, o pesquisador poderia ter os resultados obtidos sendo questionados ou mesmo desacreditados pela comunidade científica.

Um dos argumentos utilizados por aqueles que se posicionavam contrários às expedições científicas, especialmente àquelas realizadas em outros continentes, estava no fato de considerarem que a vasta literatura produzida a partir da segunda metade do Setecentos seria suficiente tanto para o embasamento teórico quanto para o conhecimento prático, oferecendo as condições para um pesquisador dissertar sobre os elementos naturais do mundo. As pesquisas poderiam ser produzidas nas bibliotecas e nos laboratórios, dispensando os perigos e os dissabores de uma viagem para outro continente. Outra justificativa utilizada pelos defensores das pesquisas produzidas unicamente nos laboratórios estava no fato de considerarem que os viajantes ficavam condicionados a relatarem os objetos – paisagem, fauna, flora e elementos sociais – alcançados somente pelos olhos, impossibilitados de compreenderem uma realidade abrangente, ficando circunscritos a uma leitura parcial e fragmentada.

A partir de uma consulta às análises de autores e autoras que são referências nas pesquisas sobre a vida e os escritos de Saint-Hilaire, considerado um dos mais importantes pesquisadores de História Natural da França, professor da Universidade de Sorbonne, não é possível

identificar divergências maiores com os setores da comunidade acadêmica e científica que, eventualmente, teriam se posicionado contrários ao projeto de viagem. Quando da divulgação de uma expedição científica ao Brasil, usufruindo-se da oportunidade oferecida pela missão diplomática francesa, o naturalista recebeu um apoio incontestado dos pares, envolvendo desde os professores universitários da Sorbonne e do Museu de História Natural da França, passando por manifestações de lideranças políticas que atuaram para viabilizar a viagem junto ao governo francês².

Quando da inserção no território goiano - 27 de maio de 1819 - deslocando-se da capitania de Minas Gerais e retornando para a mesma região no dia 5 de setembro do ano vigente, Auguste de Saint-Hilaire não encontrou obstáculos maiores, pelo menos na questão envolvendo as autoridades oficiais. Desde a chegada da corte portuguesa ao Brasil - 1808 - levando em consideração as políticas resultantes do “novo” estado colonial, em especial a abertura dos portos e ampliação das relações diplomáticas com outros países, existiu uma política orientada, que procurava fomentar o conhecimento e a divulgação das potencialidades naturais da fauna, da flora, das espécies de animais e vegetais, ressaltando, entre outros fatores, as possibilidades econômicas que o território brasileiro poderia proporcionar.

No intuito de alcançar os objetivos, os representantes do Estado brasileiro intensificaram uma política de divulgação, oferecendo estímulos para que os pesquisadores do continente europeu não somente se interessassem pelo conhecimento do vasto território, mas que não encontrassem obstáculos tanto para a construção quanto para o desenvolvimento das pesquisas sobre os valores naturais do Brasil. Portanto, entende-se que o estado incentivou e ofereceu as condições minimamente favoráveis para as expedições científicas, autorizando a inserção e uma maior circulação dos pesquisadores estrangeiros pelo território. Saint-Hilaire usufruiu de uma política direcionada à abertura comercial, diplomática e científica, procurando “descobrir” as possibilidades econômicas e naturais oferecidas pelo território brasileiro e em especial pelo “sertão” goiano.

Quando existe uma análise envolvendo os relatos de Saint-Hilaire, tendo como referência os deslocamentos pelo território goiano durante mais de três meses, encontra-se uma leitura interpretativa sobre os

²Sobre a missão diplomática francesa, deslocando-se para o Brasil no ano de 1816, Ribeiro & Souza (2025) argumentam que a missão tinha o objetivo de contornar o problema diplomático/militar relacionado à invasão do território francês - Guiana - conduzida por Portugal. O litígio foi solucionado em 1817. No contexto, o governo português, diante dos acordos diplomáticos, decidiu se ausentar do território ocupado. Um dos grandes responsáveis pela resolução do conflito foi o Duque de Luxemburgo. No período, considerado um dos mais importantes representantes do governo francês. Além da relevância política e social, o Duque de Luxemburgo tinha uma relação de proximidade com a família de Saint-Hilaire. Todos esses fatores - influência política de um representante do estado, mobilização dos pares defendendo a expedição científica - contribuíram para que o governo francês não somente autorizasse Saint-Hilaire a acompanhar a missão diplomática, mas financiasse a sua estadia no Brasil por seis anos.

espécimes de plantas e animais, relevo, hidrografia, qualidade do solo, densidade da vegetação e a conformação da paisagem de uma forma geral. Diante de uma leitura mais restritiva sobre História Natural, uma preocupação com os elementos do meio ambiente – natureza – estaria de acordo tanto com a formação quanto com os objetivos de viagem de um naturalista naquele contexto. Entretanto, analisando o relato, identifica-se que Saint-Hilaire não se ocupou unicamente da descrição e catalogação do universo natural de um território – capitania de Goiás – pouco conhecido das pesquisas científicas europeias.

O naturalista francês esteve atento aos valores sociais, econômicos e culturais da sociedade goiana, não se contentando unicamente com a apresentação ou descrição dos valores socioculturais, mas analisando-os cuidadosamente. Essa interpretação da realidade, segundo os critérios de Chaul (2015), esteve condicionada por uma leitura parcial, embotada de sentidos e de significados inerentes à realidade europeia. Destarte, o naturalista teria se utilizado dos valores presentes nas grandes cidades do continente europeu – modernização e industrialização – para interpretar o cotidiano da população goiana, majoritariamente localizada no meio rural, condicionada pela agricultura de subsistência, comparando-os aos valores das metrópoles europeias.

Deparando-se com uma realidade muito diferente entre a Europa e o território goiano, produziu uma história comparada entre as províncias, entre essas e o continente europeu, envolvendo desde a organização da vida, a relação dos indivíduos com o trabalho, com os valores econômicos e socioculturais, passando pela ocupação não densa do território, entre tantos outros fatores. Diante desse cenário, elaborou uma profunda crítica ao cotidiano da população. No entanto, procurou se precaver das possíveis leituras contrárias relacionadas à comparação entre os valores europeus e aqueles da sociedade goiana, afirmando, no prefácio do livro *Viagem à Província de Goiás*, que não tinha a intenção de julgar o interior do continente americano a partir dos padrões europeus:

Muitos serão tentados a acreditar que minhas descrições, ao se referirem a uma época tão distante³, perderam a sua atualidade. Não se deve julgar, porém, o interior da América segundo os padrões europeus. Nas regiões escassamente povoadas as coisas mudam com extrema lentidão. Faltam a eles os elementos que propiciam um progresso rápido. Uma população rala, disseminada por vastidões imensas e entregue à sua própria sorte, atormentada por um clima ardente, sem nenhum estímulo e

³Anteriormente, houve uma menção ao fato de Saint-Hilaire ter percorrido o território goiano no ano de 1819. Porém, a redação final do livro *Viagem à Província de Goiás* ocorreu no término da década de 1840. Diante de um intervalo de três décadas entre a viagem e a redação final, possivelmente, encontra-se uma explicação para o fato de Saint-Hilaire ter afirmado que o livro se referiria a uma época distante. Porém, adverte que, mesmo tendo passado tanto tempo, a condição social, econômica, política e cultural da Província de Goiás permanecia praticamente inalterada.

quase nenhuma aspiração, não deseja e não sabe mudar nada (Saint-Hilaire, 1975, p. 13-14).

Entretanto, na própria observação, identificam-se alguns dos limites enfrentados, especialmente quando incorre em inúmeros e constantes juízos de valor sobre o território goiano. Porém, mesmo tendo a dimensão de que existe, em muitos momentos, uma leitura distorcida e com nítidas dificuldades para compreender a realidade social, percorrendo as diferentes regiões do território – registrando, analisando e oferecendo conselhos para as autoridades locais – acredita-se que o naturalista elaborou uma análise importante para se entender a estrutura organizacional da sociedade no início do Oitocentos. Entre as contribuições, atentou-se para algumas das dificuldades materiais do cotidiano, destacando a incidência da carestia alimentar, recorrentemente presente nas mesas goianas, especialmente no horizonte da população empobrecida.

Os “olhos embotados da realidade europeia”, influenciados diretamente por uma leitura eurocêntrica, estavam sendo orientados pelos valores filosóficos e científicos do período, desconsiderando outras *epistemes* existentes, entre tantos outros elementos suscetíveis de uma interpretação crítica no tempo presente. Entretanto, a afirmação não significa que os relatos possam ser desconsiderados enquanto fontes de pesquisa. No artigo, defende-se a tese de que os relatos se constituem como fontes importantes para um entendimento sobre os mais diferentes temas envolvendo tanto a sociedade goiana quanto os elementos naturais da primeira metade do Oitocentos. A afirmação é válida para o naturalista francês e para outros pesquisadores que percorreram o território nesse período. A partir dos relatos/diários, posteriormente transformados em livros, desnuda-se uma representação da realidade, sendo interpretada e apresentada por *outrem*. Descrevendo uma leitura mais direcionada ao plantio, hábitos e práticas alimentares registradas pelos naturalistas que se deslocaram pelo interior da província no início do século XIX, Leitão e Magalhães asseveram:

Costumes do cotidiano, incluindo as práticas e costumes alimentares dos goianos, foram observados e descritos pelos viajantes estrangeiros que se aventuraram pelo território no século XIX. Nos diários, fizeram apontamentos sobre aspectos do plantio, produção, comercialização e consumo dos gêneros alimentícios. Também descrições do espaço urbano e rural que nos permitem conhecer a vida cotidiana daquela gente do Oitocentos (Leitão & Magalhães, 2021, p. 310).

As autoras destacam a importância dos estudos sobre as práticas alimentares de uma sociedade, ressaltando que as pesquisas sobre os gêneros alimentícios evidenciam outras realidades do tecido social. Entre essas, a organização da vida, a condição sanitária, os valores culturais e econômicos e assim por diante. Na situação de Saint-Hilaire, a consideração parece ser muito válida. No relato não se encontra uma descrição específica sobre os hábitos alimentares da população, pelo fato de que a temática está presente nos diferentes momentos de escrita do texto. Nesse ensejo, existem nuances na leitura sobre os hábitos e as práticas alimentares. Diferenciações envolvendo o cultivo dos

víveres, comparação entre o repasto dos abastados em detrimento da população empobrecida, diferenciação no consumo dos alimentos dependendo da região, possibilidades de comercialização dos gêneros e de produção resultante da qualidade do solo e assim por diante.

No entanto, diante das diferenças, uma imagem esteve consolidada nos constantes deslocamentos pelo território, a saber, a convicção de que o depauperamento da exploração aurífera e o deslocamento da economia do ouro para a agropecuária teriam resultado em uma sociedade carente de tudo. Uma carestia perceptível no primeiro olhar, identificada no pouco consumo dos gêneros alimentícios de primeira necessidade. O cotidiano, segundo Auguste de Saint-Hilaire (1975), estava permeado por uma profunda miséria, interferindo diretamente na alimentação da população. A carestia pareceu estar sempre por perto, proporcionando obstáculos a uma sociedade desprovida dos mais elementares recursos econômicos.

O resultado, consequência de um desolador estado da arte, encontrava-se materializado na presença de muitas doenças. A causa das enfermidades, a partir da constatação do naturalista francês e de tantos outros pesquisadores, tanto no contexto histórico quanto no tempo presente, estava associada a uma alimentação insuficiente de uma quantidade considerável de nutrientes. Apesar das considerações apresentadas sobre a insuficiência alimentar, não passa despercebido o fato de que a primeira referência de Saint-Hilaire a uma refeição no solo goiano, mais precisamente no sítio da Garapa, nas proximidades do Arraial de Santa Luzia, menciona a existência de nacos de carne de frango no repasto.

Para o naturalista, a presença do frango não significava uma refeição farta, ainda mais diante de uma ocasião especial. Naquele contexto, reuniram-se para comemorar o aniversário de três anos da chegada ao Brasil. Porém, a refeição deixou-o contente e saciou o apetite dos ajudantes⁴. Para a maioria da população, a inserção da carne no repasto, excetuando aquelas resultantes da caça dos animais silvestres e da pesca, demonstrava ser um obstáculo. Assim, presume-se que o proprietário do Sítio da Garapa, quando comparado aos outros moradores de Santa Luzia, tinha não somente condições econômicas mais favoráveis, mas instrumentos para proporcionar uma refeição farta, podendo ter na dieta a presença da carne de aves criadas nos arredores da casa.

Um outro fator envolvendo o proprietário do sítio da Garapa, talvez mais do que uma adequada condição econômica quando comparado aos pares, esteja no fato de que a presença da carne de frango poderia ser explicada em decorrência da inserção de um viajante estrangeiro. De todas as formas, constata-se a existência da proteína animal na primeira descrição feita pelo naturalista sobre uma refeição na Província. Na

⁴Durante as viagens, Saint-Hilaire contou com a contribuição de ajudantes. Os trabalhadores instruíam-no pelos caminhos, organizavam os locais de estadia, preparavam as refeições e ajudavam no transporte dos animais de carga e dos recursos naturais coletados. Entre os ajudantes, criticado e elogiado por Saint-Hilaire, destaca-se José Mariano. No livro *Viagem à Província de Goiás*, encontram-se muitas referências à personalidade de José Mariano.

sequência, experienciando um folguedo popular – Cavallhada – durante a passagem pelo Arraial de Santa Luzia, foi recebido entusiasmamente pelo vigário-geral. Na ocasião, identificou muitas pessoas no interior da residência, fazendeiros, mulheres, populares, relatando que para todas aquelas pessoas foram oferecidos bolos e café:

Acabava de ser realizada em Santa Luzia a festa de Pentecostes. Todos os fazendeiros das redondezas estavam reunidos no arraial, e no momento em que cheguei à praça pública ia ser realizada uma cavallhada. O vigário, João Teixeira Alvarez, recebeu-me calorosamente. Sua casa, situada na praça, estava cheia de gente à espera de que o espetáculo começasse. Serviram-se café e bolos, e todo mundo se debruçou nas janelas (Saint-Hilaire, 1975, p. 24).

Na passagem, não é possível realizar uma análise mais detalhada sobre o cotidiano. O naturalista descreve, conforme ocorreu no Sítio de Garapa, uma situação excepcional: a Festa de Pentecostes e a Cavallhada. Um outro detalhe, a oferta de bolos e de café ocorreu na residência do vigário do Arraial de Santa Luzia. Quando comparado à condição socioeconômica dos outros moradores, imagina-se que o padre reuniria melhores condições de oferecer quitandas para as pessoas presentes na residência. A quantidade de bolos não pareceu ter sido pequena, especialmente quando se considera a presença de muitas pessoas na casa do vigário.

Ainda na região de Santa Luzia, o naturalista identificou a comercialização de alguns produtos: peles de animais selvagens, couro e o elogiado marmelo cristalizado. Sobre o marmelo, mencionou que a comercialização ocorria somente com o Rio de Janeiro. Porém, advertiu que a economia do Arraial de Santa Luzia se concentrava na agricultura de subsistência. Os produtores plantavam e colhiam para atender às necessidades cotidianas, cultivando os seguintes víveres: arroz, feijão e milho. Sobre os fazendeiros, destacou que a produção da proteína animal não se destinava à comercialização, pelo fato de que as fazendas ficavam distantes das rotas dos mercadores.

Estudiosos da pesquisa realizada pelo naturalista identificam nessas passagens a constatação de uma decadência de um outrora sinuoso Arraial de Santa Luzia. Decadência manifestada no isolamento das grandes propriedades, na ausência de infraestrutura – estradas – adequada para a comercialização das mercadorias e na pouca diversidade no cultivo dos gêneros alimentícios. Embora tenha elogiado a predisposição dos moradores para o trabalho, creditando ao vigário do Arraial a instrução necessária para os ofícios do cotidiano, ressaltando a qualidade do solo, Saint-Hilaire identificou uma série de problemas estruturais, inviabilizando o desenvolvimento da região:

Alguns agricultores chegaram a um tal estado de penúria que passam meses comendo alimentos sem sal, por não poderem comprá-lo. E quando o vigário percorre as fazendas, para a confissão pascal, acontece muitas vezes que todas as mulheres de uma mesma família se apresentam diante dele, uma de cada vez, usando o mesmo vestido. A indolência contribuiu bastante para levar os fazendeiros

da região a essa situação de penúria. Mas a miséria, que os embrutece e desanima, deve necessariamente, por sua vez, aumentar a sua apatia. E esta chegou a tal ponto, em muitos deles, que, dispondo praticamente de toda a terra que lhes convém, eles não chegam a cultivar o suficiente nem mesmo para o seu próprio sustento (Saint-Hilaire, 1975, p. 27).

No relato, identifica-se uma leitura crítica sobre aquilo que considera hábitos e costumes impróprios para uma sociedade: apatia, indolência e embrutecimento. A leitura depreciativa para com um setor da sociedade – fazendeiros – está presente em todas as outras regiões que teve a oportunidade de percorrer. Porém, a depreciação manifestou-se de maneira ainda mais acentuada quando esse olhar se voltou para a camada empobrecida. Dificilmente, no relato apresentado, passa despercebida a constatação da ausência de alguns nutrientes na dieta, especialmente a insuficiência do sal. O naturalista afirmou que os fazendeiros, mesmo tendo à disposição terrenos férteis, diante de tamanha preguiça, não plantavam nem mesmo aquilo que seria o mínimo necessário para garantirem o próprio sustento.

Pela primeira vez no livro *Viagem à Província de Goiás*, identifica-se Saint-Hilaire (1975) mencionando dificuldades alimentares enfrentadas pelos moradores do território. Sobre a insuficiência do sal, recorrente na maioria das residências familiares, Magalhães (2014) menciona que a dificuldade para o provimento adequado do condimento estava associada à localização da região. Na condição de um fator agravante, constata-se a existência de uma infraestrutura inadequada para a importação das mercadorias, dificultando o abastecimento de produtos que não poderiam ser cultivados ou extraídos na própria localidade. Mais do que uma situação específica, a insuficiência do sal, necessário para o tempero e a conservação de alguns alimentos, constituiu-se como um problema estrutural da Província goiana no decorrer do século XIX.

Seguindo o itinerário do naturalista, diferentemente de Santa Luzia, percebe-se um deslumbre para com o Arraial de Meia-Ponte. O Arraial foi apresentado como um lugar encantador, especialmente pela salubridade do ambiente urbano, pela higiene das residências, não faltando elogios à fertilidade do solo. Não obstante, na questão alimentar ou na carestia dos víveres de primeira necessidade, não é possível identificar considerações mais relevantes. Referências estão relacionadas ao cultivo da terra para a colheita dos alimentos de primeira necessidade. Sobre as exportações, menciona que poucos comerciantes conseguiam negociar produtos – toucinho de porco e rolo de fumo – tanto com a capital da Província – Vila Boa – quanto com os Arraiais do Norte do território.

Sobre a refeição dos moradores de Meia-Ponte, descrevendo os alimentos da dieta alimentar, avaliando se eram suficientes ou não para garantirem uma alimentação adequada, não se ocupou de uma leitura detalhada. Nesse sentido, fica a critério dos pesquisadores e das pesquisadoras o levantamento de hipóteses para uma compreensão sobre a condição alimentar dos residentes de Meia-Ponte. Porém, levando em

consideração os problemas inerentes à Província, acredita-se que o repasto, mesmo diante da fertilidade do solo, não se distanciava muito da realidade de outras localidades. O princípio da fartura, representando uma quantidade considerável de alimentos à disposição das pessoas, não foi identificado pelo olhar atento de Saint-Hilaire. Se eventualmente tivesse constatado uma dinâmica alimentar específica da região, possivelmente teria registrado no diário.

Fazendo referência às refeições realizadas em Meia-Ponte, percorrendo os arredores da região, em algumas ocasiões, experienciou situações de fome. A condição adversa proporcionou uma profunda irritação, que não ficou restrita ao naturalista, mas alcançou, sobretudo, os ajudantes da viagem. Sobre a incidência da fome, constantemente descrita no relato de Saint-Hilaire, resultante de uma pobreza inerente à maioria da população, na Serra de Jaraguá, evidenciou o momento da colheita de plantas na montanha e mencionou uma das características das pessoas da localidade, que consistia no fato de usufruírem do que era produzido no “sertão” para o complemento ou substituição da dieta alimentar nos períodos mais críticos. Apresentando e refletindo sobre o fenômeno, representativo de uma prática histórica e cultural, Lima (2014) defende a tese de que o conhecimento do território e das possibilidades tanto alimentares quanto medicinais, demonstrou ter sido uma estratégia essencial de sobrevivência utilizada pela população empobrecida.

Na situação de Saint-Hilaire (1975), descreveu o costume que as pessoas desprovidas de melhores recursos tinham, deslocando-se até a Serra do Jaraguá, no intuito de colherem caju e bacuri/sapotácea para o complemento da dieta alimentar. Essa última espécie, segundo o naturalista, produzia um fruto comestível. Sobre os sabores, teceu considerações elogiosas ao caju. O conhecimento do território e das possibilidades alimentares foi fundamental para a sobrevivência das pessoas, principalmente quando a fome grassava e comprometia a própria existência. Na perspectiva de Magalhães (2014), o costume dos goianos de se valerem dos frutos típicos do “cerrado” estava associado à existência de uma miséria alimentar. Carestia presente nas mais diferentes temporalidades históricas, não sendo diferente no contexto do Oitocentos:

Nos frequentes períodos de escassez de alimentos, os goianos só dispunham dos suprimentos generosos do cerrado, já que a agricultura praticada na região, desprovida de técnicas, estava condicionada à sazonalidade climática. A fome cristalizou entre aquela gente o gosto pelos frutos silvestres, como o pequi, a guariroba, o araçá, o cajuzinho-do-campo, o araticum etc. Nos anos seguintes, a situação persistia e ouvia-se por toda a parte a lamúria dos famintos (Magalhães, 2014, p. 73).

Utilizando o livro *Viagem à Província de Goiás*, identifica-se que uma análise sobre os hábitos alimentares das pessoas mais abastadas, embora esteja presente no relato, não demonstrou ter sido um objeto de preocupação maior do naturalista. Uma constatação similar pode ser identificada na pesquisa de Magalhães e Leitão (2021). Valendo-se de uma formação científica e intelectual abrangente, influenciado pelos

ideais tanto do Iluminismo quanto do Romantismo francês, os fenômenos sociais, mesmo com a ressalva anterior, embora em menor escala quando comparados aos elementos naturais, estão presentes na leitura descritiva. A partir dos fragmentos, a teia da dieta alimentar vai sendo construída no relato de Saint-Hilaire. Entre os fios, descreve os hábitos alimentares dos moradores da Capital:

A alimentação dos habitantes de Vila Boa é a de todos os brasileiros do interior, constituindo a sua base a farinha de mandioca ou de milho. Não obstante, encontram-se na cidade algumas especialidades que não há nas fazendas. Menciono, em particular, um excelente pão que é feito com a farinha de trigo vinda de Santa Luzia, de Meia Ponte e de Cavalcante, um arraial situado ao norte de Vila Boa, cujas terras são provavelmente mais elevadas e, segundo dizem, muito propícias à cultura do trigo (Saint-Hilaire, 1975, p.52).

Diferentemente de Meia-Ponte, apresentado na condição de um espaço encantador, a capital da Província não recebeu a mesma consideração elogiosa. Da arquitetura dos prédios públicos, passando pela distribuição das ruas e do escoamento da água, não ficando despercebida a própria localização e a salubridade do local, apresentou considerações críticas, afirmando que Vila Boa seria um espaço impróprio para a residência das pessoas, especialmente para os homens brancos. No relato, identifica-se uma leitura marcada por um preconceito racial em desfavor da população negra e dos povos originários. Sobre a alimentação das pessoas na capital, não identificou uma dieta alimentar muito diferente das outras regiões. A população alimentava-se à base de farinha de mandioca e também de milho. Exceção ao pão, feito da farinha de trigo.

Identificando semelhanças na dieta alimentar, interpretando a produção dos gêneros alimentícios como escassa em toda a Província, o problema de uma alimentação insuficiente estava presente no cotidiano de Vila Boa. Exceto as autoridades, com destaque para Fernando Delgado Freire. O governador tinha à disposição um repasto diversificado, não somente na quantidade, mas na qualidade dos alimentos quando comparado à dieta dos demais moradores. Saint-Hilaire teve a oportunidade de jantar com o governador durante a hospedagem em Vila Boa. Não existem muitos detalhes sobre as refeições, mas menciona que, na primeira vez que jantou no Palácio, constatou uma abundância de alimentos: “A comida era abundante e bem-preparada, e na mesa refulgiam belas pratarias e porcelanas (1975, p. 55)”. A refeição, embora não se tenha uma descrição sobre os alimentos, não poderá ser entendida como sendo uma norma, mas, aparentemente, tratou-se de uma situação excepcional.

O naturalista teve a oportunidade de jantar com o governador da Província em diferentes momentos. Entre todas as pessoas da localidade, que reuniam condições de oferecer uma mesa abundante, não resta muita dúvida de que o governador estava em uma posição privilegiada. Porém, mesmo diante das melhores condições, Saint-Hilaire (1975) constata a existência de algumas privações, especialmente no fato de que as pessoas convidadas não se serviam do vinho e a própria autoridade degustava apenas um cálice por refeição. A situação levou a acreditar que o vinho

estava presente somente na condição de um enfeite, que não fazia parte do cotidiano da autoridade e menos ainda dos convidados. Entretanto, quando comparada a outras situações, a dieta alimentar estava mais propensa a atender à exigência do paladar do viajante do que as refeições oferecidas pelas pessoas do cotidiano.

Sendo uma constatação da carestia alimentar da população empobrecida, identifica-se a ausência da proteína animal. O consumo de carne, conforme mencionado, ocorria em situações especiais. No relato do naturalista, qualquer menção ao consumo de carnes aparece ocasionalmente. Uma dessas situações esteve condicionada ao convívio com as práticas dos indígenas Kayapó. No contexto, diante das políticas de expansão da fronteira da agropecuária coordenada pelo estado, resultando na continuidade de uma violência contra os povos originários, uma parcela considerável dos Kayapó estava localizada no Aldeamento São José de Mossamedes⁵, nas proximidades da Capital Vila Boa. No relato, descreve a especificidade do preparo da carne realizada pelas mulheres Kayapó. Entretanto, não menciona a origem da proteína, podendo estar relacionada à carne bovina ou mesmo à caça de algum animal silvestre:

Entretanto, não é dentro da casa que é cozida a carne. As mulheres encarregadas dessa tarefa, cavam buracos na terra, forram o fundo com pedras e acendem um fogo sobre elas. Quando as pedras estão suficientemente aquecidas o fogo é apagado e sobre elas colocados os pedaços de carne para serem coberto de terra. Por esse processo o cozimento da carne fica desigual, mas já ouvi os portugueses dizerem que o seu sabor é excelente (Saint-Hilaire, 1975, p. 71).

Analizando a descrição, identifica-se que não teve a oportunidade de experimentar a carne preparada pelas mulheres Kayapó. A hipótese se sustenta no fato de ter elogiado o sabor da carne a partir das considerações dos portugueses. Se tivesse experimentado, provavelmente, apresentaria suas próprias impressões. Na continuidade do relato, além da insuficiência do repasto, identifica-se uma contrariedade crescente com a paisagem, que parecia estar frequentemente enfeitada por árvores enfezadas, uma insatisfação com o calor durante o dia e com o frio no horário noturno, um perceptível incômodo com as longas distâncias e outras intempéries que surgiam: carrapatos e pernilongos. No entanto, apesar de todas as adversidades, Saint-Hilaire continuou percorrendo a Província em direção à região norte.

Diante de algumas intempéries, referência às longas distâncias, à inexistência de abrigos, ataques de insetos e outros problemas

⁵ Rocha (2016) afirma que a história dos indígenas em Goiás é marcada pelo genocídio. Os aldeamentos, uma política do governo colonial, tendo a sua continuidade no império, constituíram-se como uma representação da violência coordenada pelo estado, com o objetivo de subjugar os povos originários. Os aldeamentos se caracterizaram na construção de pequenos e médios espaços para abrigarem povos que resistiam à colonização ou mesmo para aldearem etnias que não encontravam meios mais eficazes de resistência. Esses espaços eram controlados pelos agentes do estado: religiosos ou lideranças militares. Os Kaiapó, durante décadas, resistiram à expansão da exploração aurífera e à pecuária extensionista no território goiano.

vislumbrados, o naturalista refluíu da ideia de seguir caminho em direção à região norte. Quando do retorno, com o objetivo de chegar à Província de São Paulo, depois de mais alguns dias na Capital Vila Boa, optou por um caminho alternativo até Meia-Ponte. Nesse sentido, evitou percorrer o roteiro traçado anteriormente. No relato, apesar do trajeto diferente, não se encontram descrições diferentes se comparadas àquelas de outras passagens. Saint-Hilaire continuava irritado com as grandes distâncias entre os núcleos urbanos, mencionando as dificuldades para se abrigar nos locais adequados, contrariado com os constantes ataques de insetos e outras intempéries climáticas. Mesmo assim, seguiu o percurso até chegar às proximidades de Meia Ponte. Porém, antes de retornar ao “encantador” Arraial, hospedou-se na Fazenda de Joaquim Alves de Oliveira. No contexto, o mais influente fazendeiro e comerciante da região.

No livro *Viagem à Província de Goiás*, encontram-se elogios a alguns dos indivíduos que exerciam poderes políticos e econômicos no território, especialmente clérigos e o governador da Província. Entretanto, nenhuma pessoa recebeu considerações mais elogiosas do que o proprietário da fazenda nas proximidades de Meia-Ponte. Joaquim Alves de Oliveira⁶ foi apresentado por Saint-Hilaire na condição de um homem inteligente, bondoso, comerciante engenhoso, entre outros adjetivos de qualificação. Quando esteve sob os cuidados do fazendeiro, descreveu a existência de alguns hábitos, considerando-os dignos de elogios dentro da enorme porção de terra. Destacou o cultivo dos víveres, que atendiam à demanda do proprietário e dos escravos. Sobre os últimos, mencionou o estado de saúde e a alimentação “adequada” que recebiam no cotidiano.

Entretanto, apesar das considerações elogiosas, não descreveu quais eram os alimentos que estavam presentes na mesa de Joaquim Alves de Oliveira. Na condição de uma hipótese, acredita-se que a refeição não se diferenciava dos pratos típicos da maioria da população: arroz, feijão, milho e farinha de mandioca. Diante das condições favoráveis do proprietário, dificilmente a proteína animal não estaria presente no repasto. Porém, se esteve, diante de tantos elogios, a presença da carne nas refeições não foi registrada pelo naturalista francês. Seguindo o itinerário com destino a São Paulo, continuou registrando a “melancolia” da paisagem, os obstáculos enfrentados, a “decadência” dos arraiais e a dificuldade dos moradores para proverem o próprio sustento.

O cenário desolador parecia estar presente em todos os lugares. Embora tenha feito críticas consideráveis à administração local, identificando nas autoridades uma incapacidade para contornarem as adversidades que impossibilitavam superar o isolamento e tirar Goiás da “miséria e da decadência”, Saint-Hilaire não perdeu a oportunidade de fazer críticas incisivas à população goiana. Entre as críticas,

⁶Analisando a trajetória de vida e a condição econômica de Joaquim Alves de Oliveira, com a hipótese de que se tratava de um comerciante de escravos, Costa (1978) menciona a importância do fazendeiro para a construção de uma imprensa na Província de Goiás no início da década de 1830. No contexto, fundou a revista *A Matutina Meiapontense*. Segundo a autora, a linha editorial da revista sustentava-se no fato de ser politicamente liberal e socialmente conservadora. O período de circulação da revista foi entre 1830 até meados de 1834.

encontra-se uma responsabilização pela própria situação de precariedade direcionada aos moradores e moradoras da Província. Na perspectiva apresentada pelo naturalista, a responsabilidade dos indivíduos poderia ser compreendida da seguinte maneira:

Quando vemos a indolência e o tédio estampados no rosto dos agricultores estabelecidos ao longo da estrada, é difícil deixarmos de sentir um certo desprezo por eles. Esses homens são de uma pobreza extrema e nada fazem para sair dela. Por toda a parte se estendem paisagens excelentes, quase em todos os lugares há terrenos salitrosos que poupariam aos proprietários o gasto com sal para o gado, e, no entanto, eles possuem no máximo duas ou três vacas que lhe fornecem um pouco de leite. Suas roupas se resumem, como entre os mineiros mais pobres, nuns calções de algodão grosso e numa camisa do mesmo tecido, usada com as fraldas para fora (Saint-Hilaire, 1975, p. 120).

Identificando no relato a responsabilização dos próprios indivíduos por viverem em uma condição precária, o naturalista faz referência à qualidade do solo, constatando a fertilidade e a existência de grandes pastagens tanto para o cultivo dos gêneros alimentícios quanto para o fomento da pecuária. Porém, constata uma preguiça crônica entre os goianos. Tamanha indolência impossibilitava-os de contornarem a situação de penúria. Mais do que uma particularidade, a citação evidencia uma leitura recorrente, tendo apresentado o goiano na condição de um indivíduo preguiçoso. A preguiça resultava no fato de que as pessoas pobres se contentavam unicamente com o elementar para a sobrevivência, mesmo que o elementar significasse a falta de nutrientes essenciais na dieta alimentar.

Entre os naturalistas, Saint-Hilaire encontra-se entre aqueles que mais contribuíram para a construção e a consolidação de uma imagem de decadência para representar o território goiano e a sociedade no início do Oitocentos. O relato – *Viagem à Província de Goiás* – transformado em livro algumas décadas depois da passagem pelo “sertão” goiano, foi e continua sendo utilizado de maneira acrítica e crítica pela historiografia desde o início do século passado. Inicialmente, constituiu-se como uma fonte de pesquisa indispensável para os “historiadores autodidatas” e mais recentemente uma fonte para os historiadores e as historiadoras com formação acadêmica. Versando sobre os diferentes temas da História natural e da sociedade, a precariedade alimentar não passou despercebida do olhar atento e crítico de Saint-Hilaire.

Constatando uma acentuada crise alimentar entre os moradores, o naturalista apresentou uma série de obstáculos que, no seu entendimento, inviabilizariam o contorno da situação. Entre os óbices, sinalizou, conforme evidenciado, para uma preguiça inerente do goiano. Porém, no intuito de alcançar os objetivos do artigo, nessa parte final da pesquisa, existe um esforço para defender a premissa da inexistência de uma alimentação básica na dieta e na mesa da população goiana do início do Oitocentos, tendo resultado na constância da fome dentro do território. Vale ressaltar que o naturalista estava com os olhos

embotados da realidade europeia, utilizando a clássica definição de Chaul (2015), possivelmente mais bem ilustrada na ideia de uma preguiça inata do goiano, conforme defendeu em muitos momentos do relato. No entanto, também constatou a incidência da fome. Sobre a última constatação, ressalta-se que a tese da carestia alimentar tem encontrado sustentação nos resultados e nas considerações de pesquisas recentes da historiografia.

A fome e outras mazelas sociais na Província goiana: uma breve imersão na historiografia

No início do artigo, houve um destaque para algumas transformações que a historiografia goiana experienciou nas últimas décadas. Transformações que proporcionaram um necessário revisionismo teórico para com os estudos clássicos, concentrados maiormente no contexto do século XIX. Entre os clássicos, uma referência aos relatos produzidos por naturalistas e Presidentes de Província que percorreram o território no respectivo contexto. Recentemente, pesquisadores e pesquisadoras têm procurado apresentar uma outra possibilidade de análise para a Província e o cotidiano da sociedade. Referindo-se à economia de transição, quando a produção aurífera teria sido substituída tanto pela agricultura de subsistência quanto pela pecuária de pequena exportação, alguns estudiosos, mesmo utilizando-se de um revisionismo histórico, não negam a existência de uma condição de vida precária para a maioria da população.

Os pesquisadores argumentam que, quando comparada com a situação da primeira metade do século XVIII, contexto marcado pela exploração aurífera, a condição social não teria passado por grandes transformações. Destarte, o modo de vida no Oitocentos continuava parecido com a situação experienciada pelos antepassados. Se, nas primeiras décadas do século XIX, momento da passagem de Saint-Hilaire pelo território goiano, a condição social estava marcada pela incidência da precarização, não existiria materialidade factual que sustentasse a ideia de que, no século anterior, período da exploração aurífera, a realidade teria sido muito diferente. Quando, por exemplo, a região teria vivenciado um período de opulência, resultando em melhores condições de vida.

Essa interpretação, mais bem detalhada nas considerações de Nasr Chaul (2015), não identificou diferenças significativas entre as duas sociedades, representadas na economia do ouro e na economia da agricultura. Além disso, a interpretação distancia-se das considerações de Saint-Hilaire (1975), defensor da tese de uma realidade diferente durante a exploração do ouro se comparada à realidade posterior. Segundo Chaul, a decadência constantemente presente nos relatos dos naturalistas e presidentes de província deve ser compreendida como uma representação construída por *outrem*, utilizada para caracterizar o território e a população goiana do Oitocentos:

Acreditamos, assim, que o conceito de decadência é uma representação que foi gestada pelos cronistas e governadores de província e, posteriormente, reproduzida pela historiografia goiana, com base no isolamento da

província, na visão europeizante dos estrangeiros que vieram a Goiás e na ilusão daquilo que pensavam ter existido (o fausto e a riqueza) na sociedade mineradora. Encontraram, porém, uma sociedade em transição para a agropecuária, senhora de seus limites e de suas carências de toda a ordem. Consideramos que muita pouca diferença havia entre as duas sociedades no tocante à vida sociopolítica e econômica, pensando no que ficou para Goiás em termos de herança no período da mineração (Chaul, 2015, p. 99).

A dieta alimentar está presente no relato do naturalista como característica de uma alimentação insuficiente, que não conseguia atender às necessidades básicas, reflexo da miséria econômica e do ócio da população. Desse modo, a fome sempre estava por perto nessa sociedade. No entanto, conforme observado, Chaul (2015) afirma ter existido pouca diferença entre a vida sociopolítica e econômica das duas sociedades: mineração e agropecuária. O autor identifica que, no período da exploração aurífera, a dieta alimentar não esteve muito distante daquela que marcou presença na mesa dos goianos quando o naturalista francês percorreu o território e se hospedou nas mais diferentes localidades.

No entanto, Auguste de Saint-Hilaire, apesar de olhar a sociedade goiana tendo como horizonte de expectativa uma realidade europeia, julgando os valores, os costumes e a condição social impulsionado por esse olhar, possivelmente sugerindo uma situação socioeconômica inexistente ou mesmo inviável para o período da mineração, não se equivoca quando constata uma profunda miséria acometendo a maioria das pessoas do território nas primeiras décadas do século XIX. A miséria tinha efeitos imediatos no cotidiano e um deles estava na constatação da fome que grassava corriqueiramente, especialmente na prática cotidiana das camadas menos abastadas: brancos pobres, mestiços, indígenas, negros libertos e escravos.

A constatação da fome, presente nas pesquisas recentes, oferece subsídios para um certo distanciamento com relação a uma tese que, desde a década de 1990⁷, tem possibilitado uma redefinição envolvendo a província goiana nas décadas iniciais do Oitocentos. A tese consiste na ideia de abastância, defendida por Paulo Bertran (2006). A economia da abastância, apresentada como uma possibilidade para desconstruir estereótipos que foram utilizados para representar Goiás e a condição dos moradores, estabelece uma relação com a alimentação da população.

⁷ Sobre uma leitura crítica com relação à tese da decadência para interpretar Goiás no Oitocentos, destaca-se o ensaio *A Memória Consútil e a goianidade*. De autoria de Paulo Bertran, o ensaio foi escrito para uma conferência proferida no Departamento de Ciências Sociais da UFG no ano de 1993. No encontro, Bertran defendeu a necessidade de superação do paradigma da decadência, afirmando que o paradigma inviabilizava qualquer outra possibilidade de análise sobre Goiás no século XIX. Por meio das contribuições de Bertran e da influência exercida sobre toda uma geração de historiadores/as, o recorte para o início da década de 1990 está sendo utilizado como o contexto que marca o início de um revisionismo crítico com relação à tese da decadência na historiografia goiana.

Diferentemente da miséria ou da ausência de alimentos, o modelo de economia sinalizaria para uma outra realidade. Segundo Bertran:

Goiás sobrevivera bem ao acaso da mineração, e, ainda que conservando um importante aparato urbano, já era eminentemente, desde fins do século XVIII, uma sociedade de economia agrária, uma economia de subsistência agrícola, em que pese a conotação negativa da palavra subsistência, à qual prefiro o conceito de economia de abastância. Abastância, de bastante, diferente de abundante. Plantava-se o que se ia comer, beber e vestir. Se algo sobrasse, era para gastar em festas e coisas suntuárias (Bertran, 2015, p. 14).

A economia da abastância, utilizada como um contraponto à subsistência, sustenta-se por meio de uma ideia de controle por parte dos agricultores sobre o plantio e o cultivo dos gêneros alimentícios. Distante de uma lógica de acumulação, os agricultores teriam plantado somente os víveres necessários para a garantia da alimentação cotidiana. Assim, não teriam faltado alimentos, pelo fato de que teriam tido acesso ao suficiente para satisfazerem as demandas cotidianas. Constatando a existência do suficiente, a tese da decadência e da fome, presente na paisagem social, identificada no relato de Saint-Hilaire (1975), não se sustentaria porque não seria condizente com a realidade factual.

A apresentação de uma outra interpretação, economia da abastância, indubitavelmente proporcionou uma nova maneira de interpretar a história de Goiás dentro do Oitocentos. Entretanto, a tese do bastante, de uma alimentação necessária e suficiente para atender às necessidades cotidianas, parte de uma construção abrangente para se analisar a condição socioeconômica da maioria da população dentro do contexto. Nesse período, o estado brasileiro intensificou uma série de políticas⁸, que tinham como objetivo atender aos interesses dos fazendeiros, resultando no aumento da concentração das porções de terra. A concentração de terra, o benefício do estado, o poderio econômico e político em ascensão dos proprietários, resultou no fato de que a maioria da população estava envolta não somente em condições precárias, mas fosse dependente das vontades políticas e econômicas dos grandes fazendeiros.

Com a diminuição do metal precioso, na segunda metade do Setecentos, ocorreu um processo de ruralização da sociedade. Entre as consequências, destaca-se o esvaziamento dos arraiais que tinham sido construídos em torno da atividade aurífera. Porém, a ruralização não significou uma redistribuição das terras entre os moradores e moradoras, proporcionando o surgimento de pequenos agricultores livres e autônomos, que poderiam escolher a localidade e os gêneros alimentícios a serem plantados para a garantia da sobrevivência. A tese da economia da abastância, defendida por Paulo Bertran (2006), sugere um nível de autonomia e de possibilidade de escolha para os agricultores, quando

⁸ Silva (2002) apresenta algumas das políticas que atenderam aos interesses dos grandes fazendeiros. Entre essas, o autor destaca a Lei de Terras de 1850, apresentando-a como uma política que legalizou o latifúndio na província goiana.

poderiam plantar somente aquilo que seria suficiente/necessário para a sobrevivência. Porém, essa condição não parece ser condizente com a realidade da maioria da população.

Para um segmento da sociedade – grandes fazendeiros – evidentemente, existia uma margem de escolha maior, quando poderia enveredar pelo plantio dos gêneros alimentícios, procurando viabilizar, apesar das dificuldades estruturais, a comercialização dos produtos. Porém, essa margem de escolha não estava no horizonte da população empobrecida. Os trabalhadores rurais – agregados⁹ – na primeira metade do Oitocentos, enfrentavam uma situação de miséria. Para esses indivíduos, não existia uma possibilidade de escolha, pelo fato de que sobreviviam de acordo com as exigências ou imposições estruturais. Mais do que uma invenção de Saint-Hilaire (1975) ou mesmo uma representação dominada unicamente por estereótipos, a fome estava presente na realidade social, alcançando uma parcela majoritária da sociedade.

Nessa linha de raciocínio, pesquisas recentes têm apresentado considerações sobre a constância e as consequências da fome no cotidiano da população goiana. Um destaque para o livro de Sônia Magalhães (2014), intitulado *Males do Sertão: alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX*. A pesquisa, uma referência na historiografia goiana, versa sobre os diferentes problemas que a população enfrentou no respectivo contexto. Entre as dificuldades, analisa relatos de naturalistas, presidentes de Província e de outros intelectuais, identificando a consistência da fome, especialmente nas residências da população empobrecida.

O fato, a presença da fome, não passou despercebido do olhar atento de Saint-Hilaire (1975) e de tantos outros naturalistas e presidentes de Província, que registraram diferentes aspectos da paisagem natural e social do território goiano. Entretanto, além da constatação da existência de uma carestia alimentar nas diferentes temporalidades e lugares, contrapõe-se a uma tendência historiográfica que, recentemente, tem defendido a tese de uma quantidade considerável de alimentos à disposição da sociedade. Magalhães (2014), mobilizando um significativo acervo documental, apresenta alguns fatores – políticos, estruturais, econômicos e naturais – responsabilizando-os pela existência da miséria alimentar no “sertão” goiano dentro do período em tela.

Diferentemente da leitura de Paulo Bertran (2006), defensor da abastância para Goiás no decorrer do Oitocentos, Magalhães (2014) apresenta uma situação econômica caracterizada essencialmente pela subsistência. Se, por exemplo, na abastância existe uma defesa sobre a

⁹ Ribeiro (2023) assegura que o agregado, uma categoria de trabalhador rural, esteve presente na fazenda goiana desde o século XIX. O agregado, juntamente com a família, recebia de um fazendeiro uma pequena porção de terra para plantar os víveres de primeira necessidade. Em contrapartida, trabalhava sem nenhuma remuneração para o proprietário, exercendo diferentes tipos de ofício: plantio, cuidado e colheita da plantação, transporte do gado, reparos na infraestrutura, entre outros. Inúmeros fazendeiros se beneficiaram dessa prática de exploração dos trabalhadores rurais.

existência de uma quantidade considerável de alimentos à disposição – bastante –, na subsistência constata-se o contrário. Percebe-se a escassez. Entre a escassez e a constância da fome, existe uma linha tênue. O problema da fome, conforme identificado pela autora, não seria uma excepcionalidade do século XIX, pelo fato de que também esteve presente na paisagem social durante o período mais significativo da exploração aurífera. Nesse sentido, a constatação da fome insere-se em uma temporalidade de longa duração.

No Oitocentos, a partir de relatos e documentos escritos por naturalistas e presidentes de província, existem melhores condições de análise e de compreensão envolvendo as causas da fome e as consequências no cotidiano da sociedade. Entre as consequências, identifica-se uma série de doenças ocasionadas por uma alimentação insuficiente de nutrientes necessários à saúde humana. Referindo-se ao plantio escasso dos gêneros alimentícios, Magalhães (2014) menciona que, no respectivo contexto, não é possível identificar uma política governamental voltada ao incentivo, organizando as condições para o cultivo, cuidado, colheita e comercialização dos víveres. A autora destaca, entre outros fatores, as condições do solo goiano, considerado, até recentemente¹⁰, não propício para o cultivo dos principais gêneros alimentícios, exceto em algumas regiões.

Sobre a exceção, deve-se fazer referência ao Mato Grosso goiano. A região foi apresentada pelo naturalista francês como uma enorme porção de terra propícia ao cultivo do milho e do feijão. Constatando a existência de lençóis de cultura férteis, recomendou às autoridades que criassem as condições necessárias – infraestrutura e estradas – para possibilitar a comercialização dos gêneros alimentícios com outros centros comerciais. No entanto, tanto durante o período de Saint-Hilaire em Goiás quanto posteriormente, os projetos sugeridos não foram colocados em prática pelos presidentes de Província e o desabastecimento alimentar continuou sendo um problema recorrente, especialmente para as camadas empobrecidas.

Mesmo na capital, na cidade de Vila Boa, a população, em diferentes momentos, deparou-se com a constância do desabastecimento alimentar. Em algumas regiões, a situação pareceu ter sido mais alarmante quando comparada ao entorno da capital. Especialmente no norte da Província, os problemas ocasionados pela fome estavam recorrentemente presentes no cotidiano, não se restringindo àquelas situações específicas ou mesmo aos fenômenos climáticos: períodos de estiagem prolongados ou estação de chuvas mais intensas. Esses, entre outros

¹⁰Brandão (1981) menciona que a década de 1970 demarca uma transformação no meio rural goiano, alterando o cotidiano dos camponeses. Os vetores da mudança estiveram na modernização do campo, introdução das máquinas agrícolas, inserção dos insumos, contribuindo para a maior fertilidade do solo e aumento da produção agrícola. Com o processo de modernização e com a implementação de algumas políticas públicas por parte do Estado, ocorreu uma grande migração de camponeses para os espaços urbanos. Todas essas transformações, na leitura de Borges (2016), contribuíram para o declínio da fazenda-roça goiana.

fatores, comprometiam a colheita dos gêneros alimentícios de primeira necessidade. Sobre a escassez, Magalhães considera:

Todavia, a escassez de alimentos não esteve restrita aos sertões da província de Goiás. Avaliando a produção nos arredores da cidade de Goiás, Funes¹¹ (1986) esclarece que, apesar de diversificada, a agricultura mostrava-se limitada e pouco dinâmica – a maior era a do milho e em menor escala a do feijão, do arroz, da cana e da mandioca – e voltava-se para o autoconsumo, havendo, entretanto, um pequeno excedente comercializável. O autor observa ainda que em 1819 a produção agrícola estava equilibrada. Ao longo da década de 1820, porém, inicia-se um período de improdutividade, gerando estados de penúria e fome, como ocorreu nos anos de 1830, em Meia Ponte, e de 1831, na capital (Magalhães, 2014, p. 72).

Na consideração da autora, não passa despercebida a menção ao ano de 1819. Sobre o período, constata-se que a produção agrícola estava equilibrada. Entretanto, Magalhães (2014) ressalta que, nas décadas posteriores, a situação agravou-se consideravelmente. Porém, mesmo no contexto de equilíbrio – 1819 – o naturalista identificou uma condição alimentar preocupante. Fez referência a uma realidade vivenciada por inúmeras pessoas, inclusive entre os setores mais abastados da sociedade, que encontravam dificuldades para obter uma alimentação suficiente para atender às necessidades cotidianas. A mesa goiana, nos diferentes momentos, mesmo nas situações regulares, encontrava-se vazia.

Analisando o livro *Viagem à Província de Goiás*, publicado no final da década de 1840, constata-se que Saint-Hilaire promoveu uma extensa pesquisa documental, consultando fontes que resultavam dos relatos dos presidentes de Província e da literatura de viagem de outros naturalistas, memorialistas e assim por diante. A partir da consulta, descreveu a percepção desses outros intelectuais, que também constataram o problema do desabastecimento alimentar enfrentado por décadas dentro da Província. A existência da fome, mais do que uma distorção da realidade construída por Saint-Hilaire (1975), esteve presente no cotidiano de inúmeras famílias. A carestia alimentar foi retratada pelos “contemporâneos” – naturalistas, presidentes de província, memorialistas, *Matutina Meyapotense* – e por pesquisadores/as que têm estudado o fenômeno dentro de um recorte mais recente:

Por meio da documentação estudada, percebe-se que a escassez, a carestia e por vezes a fome declarada afligiram cronicamente aquela sociedade. A ação dos atravessadores, a sazonalidade climática, a falta de estímulo à agricultura, a ausência de técnicas, a falta de braços, os altos impostos, as dificuldades de comércio e de transporte são fatores que se cruzam e entrecruzam para justificar aquela realidade. Os desdobramentos mais nefastos da carência alimentar provocaram a disseminação das doenças entre a população, especialmente as nutricionais (Magalhães, 2014, p. 81).

¹¹Referência ao historiador Eurípedes Antônio Funes e à pesquisa intitulada *Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária*.

Destarte, torna-se difícil uma análise sobre a presença constante da fome no Oitocentos e não estabelecer uma relação com os problemas que a carestia alimentar proporcionou na população. Entre as adversidades, Magalhães (2014) destaca a disseminação de doenças como uma causa imediata de uma dieta alimentar insuficiente, carente de nutrientes. Entre as doenças mais presentes no cotidiano, perceptível no primeiro olhar, destacava-se o bócio. A enfermidade, identificada por um grande nódulo no pescoço, constituiu-se como uma das características mais marcantes da sociedade goiana, sendo identificada e registrada por Saint-Hilaire (1975) e tantos outros contemporâneos.

Um dos fatores para a incidência do bócio estava no fato de que a população enfrentava dificuldades para conseguir adquirir e acrescentar o iodo na dieta alimentar. A localização geográfica e a precariedade das redes de transporte dificultavam o acesso e encareciam os produtos, que dificilmente eram encontrados no território. Nesse sentido, o consumo do sal foi diminuto. Além das consequências imediatas, dificuldades para temperar e prolongar a validade dos alimentos, especialmente da proteína animal, a insuficiência do iodo resultou em um número impressionante de “papudos” no Oitocentos. As autoridades conseguiriam contornar mais adequadamente a situação, presença do sal na alimentação, somente no final do século XIX.

Diante das considerações apresentadas, encontram-se meios para uma dimensão maior sobre alguns dos problemas ocasionados pela fome na Província. Compreende-se que os óbices não resultaram em implicações unicamente imediatas, inseridas em uma temporalidade de curta duração. As adversidades tiveram um efeito duradouro no cotidiano, podendo ser identificadas nas inúmeras doenças que permaneceram inalteradas durante o processo histórico, comprometendo a qualidade de vida da sociedade. A população empobrecida, indubitavelmente, foi a mais atingida por esse triste e lamentável estado da arte. Porém, mesmo entre os abastados, os problemas estruturais – desabastecimento alimentar, doenças – estiveram presentes no horizonte:

As frequentes crises de fome e a carestia dos víveres determinaram as possibilidades e as preferências alimentares da gente goiana, fundamentada numa dieta prosaica e sem importantes alterações ao longo do tempo. Mesmo os abastados, em diversos momentos, sofreram os efeitos daquela conjuntura. Os desprovidos de renda, mormente os livres pobres e escravos, periodicamente padeciam de fome e mesmo em condições normais de abastecimento sofriam de privações (Magalhães, 2014, p. 139).

Identifica-se que a precariedade alimentar e as enfermidades tiveram uma relação imediata com as péssimas condições sanitárias existentes nos espaços urbanos, não excetuando a capital da Província e os setores mais abastados da sociedade. A capital enfrentava, pensando na quantidade maior de pessoas, os mesmos problemas experienciados por outros espaços. A situação não passou despercebida à leitura atenta de Saint-Hilaire (1975). Tecendo considerações críticas sobre a condição sanitária da capital, descreveu-a como um local inapropriado para ser a principal referência política e econômica do território. A Cidade de

Goiás – Vila Boa – foi apresentada como um *locus* doente, habitado por pessoas enfermas, que estavam impossibilitadas de terem acesso aos nutrientes de uma adequada dieta alimentar.

Na paisagem social, entende-se que a maioria da população experienciou uma enorme crise alimentar, que permaneceu inalterada durante o século XIX. Em alguns momentos, diante da sazonalidade climática, a crise poderia arrefecer ou aumentar a sua intensidade. No entanto, independentemente da situação, a fome sempre esteve por perto, ameaçando e comprometendo a qualidade de vida de uma sociedade marcada pela violência da escravidão, pelo genocídio dos povos originários e por uma profunda desigualdade social. Diante de um estado pouco afeito às políticas capazes de contornar a situação, os setores mais atingidos pelas mazelas sociais – negros escravizados, libertos, brancos pobres, mestiços e indígenas – na maioria das situações somente se valeram dos próprios recursos – trabalho, mendicância, pequenos furtos, colheita de víveres no cerrado – para conseguirem garantir as condições mínimas de sobrevivência.

As condições mínimas não resultaram na possibilidade de uma alimentação diversificada e constante, sinônimo de fartura, mas foram suficientes para que a fome não grassasse ininterruptamente. Nesse sentido, mais do que uma exceção, o desabastecimento alimentar demonstrou ter sido uma regra na Província goiana. Entretanto, conforme as pesquisas mais recentes da historiografia têm evidenciado, não existiram diferenças estruturais entre o século XVIII quando comparado com o contexto posterior. Mais do que uma característica de um contexto específico, a fome esteve recorrentemente presente na paisagem social no decorrer do processo histórico. Porém, a diferença mais sensível está no fato de que, no Oitocentos, o desabastecimento alimentar foi registrado por naturalistas, presidentes de Província e pesquisadores que percorreram a vastidão do território.

Entre os naturalistas, o artigo se ocupou da leitura descritiva e interpretativa de Saint-Hilaire. O prestigiado professor de botânica e história natural percorreu uma enorme porção do território goiano, com o objetivo de registrar e catalogar os aspectos naturais – clima, relevo, hidrografia, fauna, flora – mas não passou despercebida do seu criterioso e, em muitas situações, tendencioso olhar, a condição socioeconômica da população goiana. Descrevendo-a na condição de uma sociedade paupérrima, constatou no livro *Viagem à Província de Goiás* as dificuldades da população para conseguir garantir as condições mínimas para uma adequada dieta alimentar.

Diante das considerações apresentadas, entende-se que a mesa goiana, tanto por meio das pesquisas mais recentes quanto por meio da literatura de viagem de Saint-Hilaire, esteve distante de proporcionar aquele sentimento de fartura, de abundância ou abastância para a maioria dos moradores e moradoras. O mínimo acompanhou e marcou presença no cotidiano da população, resultando em severas implicações alimentares e sanitárias para as mais diferentes faixas etárias e sociais. Como consequência de um triste e desolador estado da arte, reflexo de uma acentuada desigualdade social e racial, os estratos menos favorecidos

foram aqueles que mais sofreram os efeitos perversos da fome na Província goiana no decorrer do Oitocentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo, utilizando-se de uma revisão da literatura especializada sobre a província goiana no século XIX, com destaque para a literatura de viagem e para as pesquisas acadêmicas/historiográficas, promoveu uma análise sobre a maneira na qual a insuficiência alimentar de um vasto setor da sociedade encontra-se inserida tanto no relato do naturalista Auguste de Saint-Hilaire quanto na produção do conhecimento histórico publicado no recorte temporal mais recente. Desde a década de 1970, a historiografia tem se dedicado, influenciada por conceitos, categorias e metodologias de pesquisa consolidadas nas ciências humanas e sociais, a analisar de maneira detalhada e cuidadosa o cotidiano da sociedade goiana no decorrer do século XIX.

Diante da análise crítica e do revisionismo promovido pelas mais recentes produções historiográficas – recorte temporal para o início da década de 1990 – identificam-se tanto aproximações quanto distanciamentos com relação a algumas das teses que, historicamente, foram utilizadas para interpretar e representar a realidade socioeconômica de Goiás no contexto do Oitocentos. De maneira especial, o presente artigo versou sobre a tese da decadência. No entanto, mais do que uma leitura unicamente crítica do tema, a pesquisa se ocupou em analisar um dos aspectos mais evidentes desse desolador cenário, encontrando representação na carestia ou na insuficiência alimentar presente no cotidiano social. Carestia que atingiu de maneira ainda mais incisiva a realidade da população empobrecida.

Transitando entre a literatura de viagem de Saint-Hilaire (1975), que percorreu parte considerável do território goiano no ano de 1819, e uma produção historiográfica mais recente, o artigo procurou evidenciar que a fome esteve muito presente no cotidiano da população goiana no transcorrer do Oitocentos. Além das complicações imediatas, desnutrição e insuficiência alimentar no repasto, a fome proporcionou mazelas de longo prazo para a sociedade. Entre as adversidades, a incidência de inúmeras doenças que tiveram como causa imediata uma dieta alimentar insuficiente. Nesse sentido, mais do que uma invenção ou distorção da realidade produzida por naturalistas e presidentes de Província, o artigo defende a tese de que a fome esteve recorrentemente presente na mesa goiana no decorrer do século XIX.

REFERÊNCIAS

BERTRAN, Paulo. A memória consútil e a goianidade. **Revista UFG**, Ano VIII, n. 1. p. 62-67, jun/2006. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/article/view/48091>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BERTRAN, Paulo. Prefácio. In. CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 4ª edição. Goiânia, UFG, 2015.

BORGES, Júlio César Pereira. **Fazenda-roça goiana: matriz espacial do território e do sertanejo em Goiás**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2016. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5853>. Acesso em: 13 jun. 2025.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**: Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 4ª edição. Goiânia: Editora UFG, 2015.

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. **Arraial e Coronel: dois estudos de história social**. São Paulo: Cultrix, 1978.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária**. Goiânia: UFG, 1986.

KURY, Lorelai. “Viajantes Naturalistas no Brasil Oitocentista: experiência, relato e imagem”. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Vol. VIII, 2001.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. **Males do Sertão: alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX**. Goiânia: Cênone Editorial, 2014.

MAGALHÃES, Sônia Maria de; LEITÃO, Tânia Maria de Maio. Possibilidades alimentares dos goianos no diário de viagem de Saint-Hilaire. In: BARBO, Lenora de Castro (Org.). **Uma viagem pelo Sertão: 200 anos de Saint-Hilaire em Goiás**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2021.

MARTINS, Fátima de Macedo. **Saint-Hilaire em Goiás: viagem, ciência e missão civilizatória**. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/24923>. Acesso em: 16 jan. 2025.

RIBEIRO, Lucas Pires. **Na teia da terra e dos caosos: tessituras do cotidiano de Geraldinho Nogueira**. (Doutorado em História). Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2023. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/12787>. Acesso em: 28 fev. 2025.

RIBEIRO, Lucas Pires; SOUZA, Juliano Ferreira de. Saint-Hilaire e uma noção sobre ciência no início do Oitocentos. **Revista Mosaico – Revista de História**, Goiânia, Brasil, v. 18, n. 1, p. 185-198, 2025. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/14315>. Acesso em: 03 out. 2025.

ROCHA. Leandro Mendes. História dos índios de Goiás. In: SILVA, Maria do Socorro Pimentel da; NAZÁRIO, Maria de Lourdes; DUNCK-CINTRA, Ema Marta. (Orgs.). **Diversidade cultural indígena brasileira e reflexões no contexto da educação básica**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2016.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

SILVA, Rogério Chaves da. Trilhando os caminhos da “produção histórica autodidata” em Goiás: o diálogo com uma tradição do IHGB. **Revista de História Regional**. 24(1), p. 85-108, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/13175>. Acesso em: 04 abr. 2025.

SILVA, Valtuir Moreira da. **História Agrária em Goiás**. Goiânia: AGEPEL/UEG, 2002.

Contato dos autores/as:

Autor: Lucas Pires Ribeiro
e-mail: lucas.ribeiro@ueg.br

Autora: Damiana Antônia Coelho
e-mail: damiana.coelho@ueg.br

Manuscrito aprovado para publicação em: 19/05/2026.